

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 752, DE 2016**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 752, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre diretrizes gerais para a
prorrogação e a relicitação dos contratos de
parceria que especifica e dá outras
providências.

EMENDA N.º

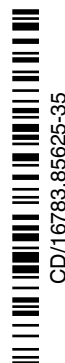
Dê-se ao art. 12 da Medida Provisória nº 752, de 2016, a seguinte
redação:

“Art.12. A minuta do termo aditivo de prorrogação contratual deverá
ser encaminhada previamente para apreciação pelo Tribunal de
Contas da União, em conjunto com os estudos a que se refere o
art. 8º, e, quando for o caso, com os documentos de que tratam os
incisos I e II do § 2º do art. 6º.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Pretende-se com esta emenda tornar claro no texto da Medida Provisória
que há necessidade de envio prévio ao Tribunal de Contas da União – TCU tanto
da minuta de contrato, quanto da documentação que comprova o atendimento
aos requisitos contidos nos incisos I e II do § 2º do art. 6º e dos estudos previstos
no art. 8º. O texto original da Medida Provisória deixa dúvidas quanto ao
momento do envio de tais documentos.

De fato, atualmente já é obrigatória a participação do TCU em processos
envolvendo concessões, inclusive aqueles em andamento na Agência Nacional
de Transportes Terrestres – ANTT, conforme expresso no inciso VIII do art. 18
da Lei nº 9.491, de 1997.



Esta emenda, portanto, mostra-se necessária para garantir a tempestividade e a continuidade dessas boas práticas de controle, visando a defesa do interesse público.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado **PAUDERNEY AVELINO**
DEMOCRATAS/AM



CD/16783.85625-35